



# Governo destina R\$ 6,49 bilhões a setor de exportação

## INSS devolve R\$ 3,6 bi a segurados que contestaram fraude, e 1,6 mi esperam valores

Página 5

## Golpe do QR Code pode desviar pagamentos por boleto e Pix

Página 3

O governo federal abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 6,49 bilhões para financiar pessoas físicas e empresas exportadoras de bens e serviços que fazem parte do Plano Brasil Soberano.

A autorização faz parte da Medida Provisória nº 1.397, publicada na quarta-feira (21) no Diário Oficial da União.

De acordo com o texto, os recursos ficarão sob responsabilidade do Fundo de Garantia

à Exportação, vinculado ao Ministério da Fazenda.

O Plano Brasil Soberano é uma das medidas de apoio do governo brasileiro às empresas, aos exportadores e trabalhadores afetados pelas sobretaxas impostas pelos Estados Unidos.

Por se tratar de crédito extraordinário, a medida tem como fundamento os artigos 62 e 167, parágrafo 3º, da Constituição Federal.

## Leilão inédito de gás natural da União atrai 36 empresas

Página 4

## Governo envia ao Congresso proposta de tarifa zero no transporte

Página 6

## Metrô de São Paulo amplia uso do Pix no autoatendimento

Página 2

## 1º Fórum Nacional da Transparência

Página 6

### Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.



Manhã Tarde Noite  
Fonte: Climatempo

### DÓLAR

Comercial  
Compra: 5,03  
Venda: 5,03

Turismo  
Compra: 5,03  
Venda: 5,21

### EURO

Compra: 5,65  
Venda: 5,65

## Sancionada lei que perdoa dívida e aumenta limite de MEI



Foto: Rodrigo Goulart/Agência

Foi sancionada na quarta-feira (21) o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 186/2026, que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) com a União e amplia o limite anual de faturamento da categoria.

O projeto foi aprovado pelo Senado Federal em votação nominal, com 78 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Câmara dos Deputados já havia aprovado a proposta por 461 votos a 4.

A lei integra o Prospera MEI, pacote lançado pelo governo federal.

Página 3

## Esporte

# Toyota conquista o Mundial de Endurance com dobradinha em Barcelona

A Toyota encerrou o fim de semana das 6 Horas de Barcelona com uma dobradinha e a conquista antecipada do título mundial de fabricantes do Campeonato Mundial de Endurance da FIA (FIA WEC). Na penúltima etapa da temporada, disputada no domingo (18), no Circuit de Barcelona-Catalunya, a fabricante japonesa colocou seus dois protótipos nas primeiras posições e garantiu o campeonato antes da grande final, marcada para novembro, em Monza, na Itália.

A vitória ficou com o Toyota GR010 Hybrid nº 8, pilotado por Sébastien Buemi, Brendon Hartley e RyM Hirakawa. O trio superou o carro nº 7 da mesma equipe, conduzido por Mike Conway, Kamui Kobayashi e Nyck de Vries, que terminou na segunda colocação. O Ferrari 499P nº 50, de Antonio Fuoco, Miguel Molina e Nicklas Nielsen, completou o pódio.

A corrida, que marcou a estreia do FIA WEC no circuito espanhol, foi disputada em condições variáveis, com chuva durante a primeira parte da prova e pista seca nas horas seguintes. Mesmo diante das mudanças climáticas e de uma penalização, a Toyota nº 8 manteve um ritmo competitivo para conquistar a vitória.

O resultado consolidou a recuperação da fabricante japonesa na reta final da temporada e confirmou sua conquista no Mundial de Fabricantes, encerrando antecipadamente a disputa com BMW e Ferrari.

**Disputa pelo título mundial de pilotos fica para Monza**  
Se o campeonato de fabri-

cantes já tem um vencedor, a disputa pelo título mundial de pilotos permanece aberta e será decidida na última etapa da temporada.

Com a vitória em Barcelona, Sébastien Buemi, Brendon Hartley e RyM Hirakawa ampliaram sua vantagem na liderança do campeonato e chegam à decisão com 17 pontos de diferença sobre seus companheiros de equipe Mike Conway, Kamui Kobayashi e Nyck de Vries.

A disputa entre as duas tripulações da Toyota será um dos principais atrativos das 6 Horas de Monza, programadas para o dia 8 de novembro, na Itália.

Pipo Derani participa de pole position histórica da Genesis

Entre os brasileiros, um dos grandes destaques do fim de semana foi Pipo Derani, que participou de um momento histórico para a Genesis Magma Racing.

No sábado, o Genesis GMR-001 Hypercar nº 17, compartilhado por Derani, André Lotterer e Mathys Jaubert, conquistou a primeira pole position da fabricante sul-coreana no Campeonato Mundial de Endurance.

A volta mais rápida foi registrada por Jaubert durante a sessão de Hyperpole, com o tempo de 1min30s166, superando o Toyota nº 8 por apenas 0s170.

O resultado representou um importante marco para a Genesis em sua temporada de estreia na categoria Hypercar e colocou a equipe na primeira posição do grid de largada.

da categoria Hypercar.

**Augusto Farfus e Eduardo Barrichello representam o Brasil na LMGT3**

Na categoria LMGT3, o Brasil contou com a participação de Augusto Farfus e Eduardo Barrichello.

Farfus chegou a Barcelona embalado pela vitória conquistada na etapa anterior, nas 6 Horas de Fuji, no Japão. O brasileiro, que compete com o BMW M4 GT3 EVO da equipe Team WRT, encerrou a prova espanhola na décima colocação da categoria.

Já Eduardo Barrichello, que disputa o campeonato com o Aston Martin Vantage AMR GT3 nº 23 da equipe Heart of Racing, terminou em 12º lugar.

A vitória na LMGT3 ficou com o Porsche nº 92 da equipe The Bend Manthey, seguido pelo McLaren nº 10 da Garage 59 e pelo BMW nº 69 da Team WRT, que completaram o pódio.

**Barcelona estreia no calendário do FIA WEC**

A etapa espanhola marcou a primeira participação do Circuit de Barcelona-Catalunya no calendário do Campeonato Mundial de Endurance.

Localizado em Montmeló, a aproximadamente 25 quilômetros de Barcelona, o circuito recebeu a penúltima prova da temporada após substituir a etapa inicialmente prevista para o Catar.

Com 4.657 quilômetros de extensão e 14 curvas, o traçado espanhol proporcionou uma disputa marcada pelas mudanças nas condições da pista e pelas diferentes estratégias adotadas pelas equipes.



6 Horas de Barcelona

A estreia de Barcelona também reforçou a presença do FIA WEC em circuitos tradicionais do automobilismo europeu, ampliando o calendário de uma competição que reúne alguns dos principais fabricantes mundiais de automóveis.

**Monza retorna ao calendário do WEC após três anos e recebe a decisão da temporada 2026**

O Campeonato Mundial de Endurance da FIA encerra sua temporada entre os dias 6 e 8 de novembro, com as 6 Horas de Monza, na Itália. A etapa italiana substituirá as tradicionais Bapco Energies 8 Horas do Bahrein, originalmente previstas para encerrar o campeonato. A alteração no calendário foi anunciada em julho, em razão da situação de segurança no Oriente Médio, que também levou à substituição da etapa do Catar pelas 6 Horas de Barcelona.

Conhecido como o "Templo da Velocidade", o Autódromo Nazionale Monza retorna ao ca-

lêndario da FIA WEC pela primeira vez desde 2023. O circuito italiano recebeu o campeonato por três temporadas consecutivas, entre 2021 e 2023, e possui uma longa tradição nas competições internacionais de endurance. Com suas extensas retas e curvas de alta velocidade, Monza é um traçado bastante conhecido pelas equipes e pilotos, o que promete uma disputa intensa na última corrida do ano.

**Rolex 6 Horas de São Paulo retornam a Interlagos em julho de 2027**

O público brasileiro já tem encontro marcado com o Campeonato Mundial de Endurance da FIA em 2027.

As Rolex 6 Horas de São Paulo serão realizadas entre os dias 9 e 11 de julho de 2027, no Autódromo de Interlagos, reunindo novamente os principais fabricantes mundiais, pilotos internacionais e brasileiros nas categorias Hypercar e LMGT3.

Além das disputas na pista, o evento contará com uma programação de entretenimento para toda a família, incluindo Fan Zone, shows, experiências interativas, ativações de marcas e oportunidades para o público conhecer de perto o universo do endurance.

Os ingressos para as Rolex 6 Horas de São Paulo 2027 já estão à venda pelo site oficial do evento, [www.fiaewcsaopaulo.com.br](http://www.fiaewcsaopaulo.com.br), e pela plataforma Ticketmaster.

### Valores do 1º lote – Rolex 6 Horas de São Paulo 2027

| Sector                 | Sexta-feira | Sábado  | Domingo 3 dias  |
|------------------------|-------------|---------|-----------------|
| Arquibancada A         | R\$ 110     | R\$ 210 | R\$ 250 R\$ 371 |
| Arquibancada B         | R\$ 200     | R\$ 380 | R\$ 660 R\$ 806 |
| Arquibancada M         | R\$ 200     | R\$ 380 | R\$ 660 R\$ 806 |
| Pit Stop               | R\$ 200     | R\$ 380 | R\$ 660 R\$ 806 |
| Arquibancada D coberta | R\$ 200     | R\$ 380 | R\$ 660 R\$ 806 |

Os valores de meia-entrada começam em R\$ 55 na Arquibancada A e R\$ 100 nas arquibancadas cobertas.

# Metrô de São Paulo amplia uso do Pix no autoatendimento

As máquinas de autoatendimento do metrô de São Paulo já estão aceitando o Pix como forma de pagamento.

A nova modalidade de pagamento será aceita na terça-feira (20), inicialmente, apenas para a Linha 1-Azul.

A funcionalidade será ampliada para usuários de outras linhas nos próximos dias, o que exige que os equipamentos sejam reprogramados.

Segundo a prefeitura, o calendário de implementação do sistema nas máquinas do Metrô ocorrerá da seguinte forma: Linha 2-Verde, 23 a 26 de

outubro; Linha 3-Vermelha, 27 e 28 de outubro; Linha 15-Prata, 29 e 30 de outubro.

## Trens

No sistema ferroviário, o recurso já está presente em todas as linhas e estações desde o primeiro semestre deste ano. A solução visa facilitar as possibilidades de pagamento tornando o Pix uma alternativa conveniente durante o processo de compra de bilhetes e recargas.

O modelo de pagamento está disponível nos terminais de venda automatizados, que oferecem diferentes opções



Foto: Metrô SP/Divulgação

para a compra e a recarga, incluindo cartões de crédito e débito.

Essa inovação amplia as opções de acesso às linhas do Metrô para os passageiros. Além de utilizar os guichês tradicionais e os cartões Bilhete Único e TOP, é possível adquirir bilhetes pelo WhatsApp (11 3777-9456), por aplicativo móvel (app TOP para Android e iOS), em caixas eletrônicas/máquinas ATM nas estações ou mediante pagamento por aproximação diretamente nas catracas.

Disponibilizado pelo Metrô

em dezembro do ano passado, o pagamento por aproximação permite o uso de cartões de débito e crédito, tanto físicos quanto virtuais, via smartphones e smartwatches com carteira digital habilitada.

A modernização dos meios de ingresso ao sistema inclui também a aposentadoria do bilhete magnético, conhecido popularmente como Edmonson. Os passageiros têm até o dia 31 de outubro para usar este bilhete nas estações do Metrô e após esta data o Metrô vai disponibilizar postos de troca. (Agência Brasil)

## CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



### CÂMARA (São Paulo)

Ser 2º suplente do eleito senador (SP) André Prado (PL) - deputado-presidente na ALESP - dá à cristã [assembleia] no ministério Belém] Rute Costa (PL) a condição de [até 2034] poder assumir o cargo no Senado

### PREFEITURA (São Paulo)

Nem na sua campanha pela reeleição 2024, Ricardo Nunes (MDB) se empenhou tanto quanto está pela campanha 2026 de eleição presidencial do senador Flavio Bolsonaro (PL). Agora, Pablo Marçal está do mesmo lado

### ASSEMBLEIA (São Paulo)

São tantas histórias de deputados(as) não reeleitos, ou não eleitos para outros cargos, que nossa coluna de política vai publicar após o 2º turno presidencial o que aconteceu com cada parlamentar nas eleições 2026

### GOVERNO (São Paulo)

Agradeço o reconhecimento [em evento sobre inteligências] no Lide do Doria] do ex-governador paulista, no qual esta coluna de política [que usa inteligência Espiritual] foi citada para lideranças empresariais. Graças a DEUS

### CONGRESSO (Brasil)

São tantas histórias de deputados(as) por SP não reeleitos(as), ou não eleitos(as) para outros cargos, que nossa coluna de política publicará após o 2º turno presidencial o que aconteceu com cada parlamentar nas eleições 2026

### PRESIDÊNCIA (Brasil)

Pra Rodrigo Hidalgo, diretor da Paraná Pesquisas, a única chance do Lula (dono do PT) ter mais votos que Flavio Bolsonaro (PL) no 2º turno será o filho do ex-presidente cometer grandes erros no debate da tv Globo

### HISTÓRIAS

Flavio Bolsonaro (PL) reagiu aos desafios do Lulismo (PT), dizendo que abre todos seus sigilos desde que o presidente tenha a coragem de abrir os dele e também de assessores e auxiliares [por exemplo o 'Marcola']; ...

### (Brasil)

... empresas de familiares; dirigentes do instituto Lula; conexões com Vercaro / banco Master; roubos no INSS e retirada dos sigilos com gastos do 3º governo Lulista. O debate final na tv Globo está virando história

### ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Visto que com o coração se crê para a justiça, e com a boca se faz confissão para a salvação" Romanos 10:10

## Jornal O DIA S. Paulo

### Administração e Redação

Matriz:  
Rua Carlos Comenale, 263  
3º andar - Bela Vista - SP  
CEP: 01332-030  
Filial: Curitiba / PR

### Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

### Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

### Agências de notícias

Agência Brasil - EBC  
Notícias Agrícolas  
Folhapress

Governo de São Paulo  
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

## Procon paulistano multa Enel por falhas no fornecimento de energia

O Procon Paulistano, órgão vinculado à Secretaria de Justiça da prefeitura de São Paulo, multou a concessionária de energia Enel em R\$ 11,4 milhões por problemas no fornecimento de energia elétrica na capital paulista ocorridos no ano passado. A medida foi publicada no Diário Oficial da cidade de São Paulo da quarta-feira (21).

Segundo o órgão, a multa se refere a falhas registradas entre setembro e dezembro de 2025, principalmente entre os dias 8 e 10 de dezembro, período em que até 3 milhões de consumidores ficaram sem fornecimento de energia elétrica.

A Enel poderá recorrer da decisão à Coordenadoria do Procon Paulistano no prazo de 15 dias, contados a partir da publicação.

De acordo com a prefeitura, a

multa foi aplicada originalmente no ano passado pelo Procon Paulistano, em razão dos apagões que comprometeram a prestação de um serviço essencial aos consumidores. Após recurso apresentado pela concessionária, a decisão administrativa manteve a penalidade de R\$ 11,4 milhões.

### Outro lado

Procurada pela Agência Brasil, a Enel disse discordar da aplicação da punição e que "sua atuação durante os eventos climáticos extremos de dezembro e de setembro de 2025 foi compatível com a magnitude do impacto".

De acordo com a concessionária, ventos fortes e prolongados atingiram a área de concessão por dois dias, em dezembro, e afetaram cerca de 4,4 milhões de consumidores.



Foto: Rosana Rosa/Agência Brasil

"A companhia restabeleceu, em até 24 horas, o fornecimento de energia para 80% dos clientes afetados, o equivalente a aproximadamente 3,5 milhões de unidades consumidoras. A resposta foi mais rápida do que nos eventos de novembro de 2023 e outubro de 2024."

Quanto à falha de energia identificada em setembro, a empresa informou que, naquela ocasião, "um vendaval com rajadas de cerca de 100 km/h atingiu a concessão, e a distribuidora restabeleceu a energia para mais de 90% dos clientes afetados em até 24 horas". (Agência Brasil)

## Empresas de SP podem usar o portal Trampolim para contratar temporários no fim de ano

Os últimos três meses do ano devem gerar 530 mil contratos temporários no Brasil. A projeção da Associação Brasileira do Trabalho Temporário (Assertem) representa um aumento de 1,5% em relação ao mesmo período de 2025. Para auxiliar as empresas nessa demanda por mão de obra, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SDE), por meio do portal Trampolim, oferece serviços gratuitos de recrutamento e seleção.

A ferramenta já conta com 1,8 mil empresas cadastradas e contabiliza 38,8 mil vagas de emprego ofertadas desde o seu lançamento no ano passado.

Pelo Trampolim, as empresas podem anunciar vagas e ampliar o alcance de suas oportunidades, que são divulgadas para uma base de mais de 75 mil candidatos. A plataforma também oferece recursos para facilitar a triagem de currículos e a identificação de profissionais com o perfil desejado, contribuindo para tornar o processo seletivo mais ágil e eficiente.

A coordenadora de Recruta-



Foto: Divulgação/Gov. de SP

mento e Seleção da Premium Essential Kitchen, Jessica Soares, destaca o alcance da plataforma como uma das principais vantagens para as empresas.

"Anunciamos vagas na plataforma e recebemos um bom volume de candidatos, o que mostra que o Trampolim tem visibilidade com a população. Ser gratuita e integrada a um ecossistema de qualificação e currículo é um diferencial. Nosso desafio agora é transformar esse volume em contratações, aprimorando a aderência entre o perfil dos candidatos e as vagas", afirma.

Além da divulgação de vagas, as empresas também podem soli-

citar cursos de qualificação profissional personalizados do Qualifica SP. A iniciativa permite identificar as necessidades de formação de uma equipe ou de determinada região e solicitar capacitações voltadas tanto a candidatos interessados nas oportunidades quanto a trabalhadores já contratados.

"Nosso papel é disponibilizar vagas, e o Governo do Estado, em parceria com os governos locais, oferece cursos presenciais à população das regiões onde temos mais desafios de contratação. Entendemos que formar o profissional antes da contratação ajuda a chegar mais preparado",

explica Jessica.

O Trampolim integra as ações da SDE para aproximar empresas e trabalhadores, oferecendo ferramentas gratuitas para divulgação de vagas, recrutamento e qualificação profissional. Essa atuação está alinhada ao Pacto pela Inclusão Produtiva e Empregabilidade, iniciativa que fortalece a parceria entre o poder público e o setor produtivo para atender às demandas do mercado de trabalho.

A iniciativa também permite mapear demandas comuns entre empresas de um mesmo setor ou território, orientando ações de qualificação profissional e ampliando o alcance das oportunidades. Instituições e organizações que já oferecem cursos podem, ainda, divulgar suas capacitações pela Vitrine do Trampolim, contribuindo para conectar a população às possibilidades de formação.

Além da Premium Essential Kitchen, empresas como Toyota, Shopee, Volvo e Mercadão Atacadista também aderiram ao Pacto pela Inclusão Produtiva e Empregabilidade. (Governo de SP)

## Programa Bolsa Trabalho abre inscrições para o primeiro semestre de 2027

A Prefeitura abriu na terça-feira (20) as inscrições para o processo seletivo do primeiro semestre de 2027 do Programa Bolsa Trabalho - Juventude, Trabalho e Fabricação Digital. A iniciativa oferece 248 vagas para jovens de 16 a 20 anos, com o objetivo de ampliar oportunidades de formação profissional e cidadã, incentivar o protagonismo juvenil e contribuir para a redução das desigualdades.

Realizado em parceria pelas secretarias municipais de Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SMDT), de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Inovação e Tecnologia (SMIT), o programa combina atividades práticas de fabricação digital com conteúdo de direitos humanos e cidadania, promovendo o acesso à tecnologia, o desenvolvimento de novas habilidades e a participação dos jovens em seus territórios.

As inscrições para a primeira

etapa devem ser realizadas até o dia 2 de novembro por meio de formulário on-line. O processo seletivo é composto por duas etapas eliminatórias, e os candidatos devem acompanhar as publicações oficiais para verificar as convocações e as orientações das próximas fases.

Para concorrer a uma das vagas, é necessário atender aos seguintes critérios: Ter entre 16 e 20 anos; Residir no município de São Paulo há pelo menos dois anos; Pertencer a família com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo nacional vigente; Estar desempregado, não possuir registro em carteira de trabalho e não receber seguro-desemprego; Estar matriculado ou ter concluído o ensino médio em instituição pública de ensino ou na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O edital também prevê prioridade para moradores das regiões

próximas às 17 unidades dos laboratórios Fab Lab Livre SP. Além disso, 36% das vagas são destinadas a jovens vinculados a serviços de acolhimento institucional, medidas socioeducativas em meio aberto e semiliberdade da Fundação Casa, conforme os critérios estabelecidos no documento.

Com duração de seis meses, o programa será desenvolvido em 17 territórios da capital, nas unidades do Fab Lab Livre SP. As atividades incluem formação teórico-prática em fabricação digital, direitos humanos e cidadania, estimulando a criatividade, o trabalho coletivo e o desenvolvimento de projetos.

A formação presencial está prevista para quatro dias da semana, com turmas no período da manhã e da tarde, com atividades de fabricação digital às terças e quartas-feiras e aulas de direitos humanos e cidadania às quintas

e sextas-feiras. A programação poderá incluir atividades on-line para complementar a carga horária.

A proposta é ampliar o acesso dos jovens às tecnologias inovadoras, fortalecer o conhecimento sobre direitos e participação cidadã e incentivar iniciativas que contribuam para o desenvolvimento das comunidades onde vivem.

Os interessados devem acessar o formulário on-line correspondente ao seu perfil e consultar o edital completo para conferir os critérios de participação, as etapas de seleção e a documentação necessária.

A iniciativa integra as políticas públicas municipais voltadas à juventude, à inclusão produtiva e à promoção de direitos, articulando formação, tecnologia e cidadania para ampliar as perspectivas de desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens paulistanos. (Prefeitura de SP)

# Sancionada lei que perdoa dívida e aumenta limite de MEI

Foi sancionada na quarta-feira (21) o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 186/2026, que prevê o perdão de dívidas de microempreendedores individuais (MEIs) com a União e amplia o limite anual de faturamento da categoria.

O projeto foi aprovado pelo Senado Federal em votação nominal, com 78 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. A Câmara dos Deputados já havia aprovado a proposta por 461 votos a 4.

A lei integra o Prospera MEI, pacote lançado pelo governo federal com o objetivo de reduzir o endividamento, facilitar o acesso a recursos para investimentos e simplificar a rotina de microempreendedores individuais.

Em nota, a Secretaria de Comunicação Social (Secom) informou que a iniciativa pode beneficiar um total de 17,6 milhões de empreendedores, dos quais 7,8 milhões são mulheres.

“Efetivamente, não tem porque o governo ter uma dívida ativa que chega a quase R\$ 18 bilhões. Essas pessoas estão com o nome sujo no Serasa, não conseguem mais financiamento. E é um dinheiro que a gente sabia

que não ia receber”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante a cerimônia no Palácio do Planalto.

De acordo com Lula, quase 4 milhões terão as dívidas perdoadas e ficarão com o “nome limpo”. “Ele não vai poder pagar. O governo sabe que não vai receber. Mas fica aquele peso nas costas da pessoa. Resolvemos assumir a responsabilidade dessa dívida e perdoar os devedores”, completou.

## Perdão de dívidas

A lei prevê a remissão integral dos débitos tributários federais dos MEIs de titularidade da União, inscritos ou não na Divisão Ativa da União até 13 de outubro de 2026.

O benefício abrange o valor original das contribuições previdenciárias em atraso, multas, juros e encargos de cobrança, inclusive dívidas ajudadas ou parceladas.

A medida entra em vigor em 1º de janeiro de 2027 e prevê o perdão automático das dívidas, sem necessidade de solicitação pelo empreendedor à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Para manter o benefício, o MEI

deverá pagar em dia as guias mensais do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) durante os seis meses seguintes à entrada em vigor da lei.

A remissão também alcança o saldo devedor de parcelamentos em andamento, mas não permite a devolução de valores já pagos.

Microempreendedores que tenham processos judiciais em andamento para contestar as dívidas deverão desistir das ações para obter a baixa definitiva, sem cobrança de honorários advocatícios pela desistência.

A medida, de acordo com a Secom, pode beneficiar mais de 3,6 milhões de microempreendedores, com o perdão de mais de R\$ 18,7 bilhões em dívidas. O valor médio dos débitos é de aproximadamente R\$ 3,4 mil.

Aumento do teto do faturamento

Ainda conforme a lei, o limite anual de faturamento do MEI passará dos atuais R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028.

A proposta também permite a contratação de até dois empregados no lugar de apenas um. O teto de faturamento não era atu-

alizado desde 2018.

“Com a mudança, o microempreendedor poderá aumentar sua receita sem precisar deixar o regime simplificado tão cedo, mantendo o pagamento mensal do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS)”, informou a Secom.

A mudança também pode beneficiar empresas do Simples Nacional com faturamento anual de até R\$ 110 mil em 2027 e R\$ 140 mil em 2028, que poderão voltar a se enquadrar como MEI, conforme regras previstas.

## Entenda o que muda

Perdão de dívidas – remissão integral dos débitos inscritos ou não na dívida ativa da União.

Teto de faturamento – de R\$ 81 mil para R\$ 110 mil em 2027 e para R\$ 140 mil em 2028.

Contratação de empregados – até dois funcionários, em vez de um.

Compras públicas – limite das licitações exclusivas para micro e pequenas empresas sobe de R\$ 80 mil para R\$ 130.984,20.

Contrata+Brasil – teto de valor para contratações de MEIs subirá de R\$ 13 mil para R\$ 25 mil. (Agência Brasil)

## Governo zera imposto de importação de insumos para desenvolvimento científico

O Ministério da Fazenda anunciou na quarta-feira (21) a imunidade tributária total para a importação de materiais, por fundações de apoio às universidades, para ações e pesquisas voltadas ao desenvolvimento científico e tecnológico. Assim, o governo amplia um benefício fiscal que já existe.

Hoje, esse sistema funciona por meio de cotas, ou seja: a partir de determinado patamar, as importações são tributadas.

Com a medida, ficará mais barata a importação de insumos, reagentes e materiais considerados fundamentais pelas universidades para o desenvolvimento científico e tecnológico.

Hoje, essa cota é administrada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A Fazenda não divulgou o impacto fiscal da imunidade tributária total, mas técnicos da Receita Federal disseram que é irrisório. “É preciso que a gente vá além. Precisamos transformar o

nosso conhecimento em desenvolvimento concreto, em inovação para pessoas”, afirmou o ministro da Fazenda, Dario Durigan, presente no anúncio.

Presente no evento, a ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, explicou que essa cota existente hoje foi ampliada para importações de US\$ 354 milhões. Ainda com o aumento, segundo ela, há demanda de universidades que não foram atendidas.

A mudança ocorreu a partir de um pedido da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A partir de então, o Ministério da Fazenda, por meio da PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional), fez mais de 40 reuniões para tratar do tema, e entendeu que há constitucionalidade na medida.

Segundo a Fazenda, a medida trará agilidade e flexibilidade administrativa para as fundações de apoio durante a importação dos bens. (Folhapress)

# Importações para pesquisa pública terão imunidade tributária

O Ministério da Fazenda anunciou na quarta-feira (21) medidas para assegurar a aplicação da imunidade tributária prevista na Constituição nas importações para projetos de universidades públicas, institutos federais e instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação.

De acordo com o ministério, equipamentos, softwares e insumos importados por fundações de apoio em nome dessas instituições passam a contar com o amparo da imunidade tributária recíproca.

A medida, segundo a pasta, permitirá que 100% dos recursos destinados à pesquisa sejam convertidos em tecnologia e insumos para laboratórios, sem perdas com tributação indevida.

A iniciativa busca dar segurança jurídica às operações de importação voltadas à pesquisa pública e eliminar dúvidas sobre a manutenção da imunidade quando as fundações de apoio atuam na gestão dos recursos e nos procedimentos de aquisição e despacho aduaneiro.

De acordo com o ministério, essa incerteza gera risco de tributação e dificulta a compra de equipamentos, softwares e insumos para atividades de pesquisa.

A Fazenda também definiu que a administração financeira de dos projetos pelas fundações é apenas um mecanismo operacional e não altera a natureza pública dos recursos vinculados às universidades e insti-

tuições de pesquisa.

## Exigências

Para ter acesso ao benefício, as operações deverão seguir uma série de exigências, como a realização da importação em nome da instituição pública, a movimentação dos recursos em conta exclusiva do projeto, a incorporação imediata dos bens ao patrimônio da universidade ou instituto beneficiado e a prestação de contas sujeita à fiscalização da Receita Federal e dos órgãos de controle.

Segundo o governo, a medida deve reduzir gargalos burocráticos, ampliar a capacidade de desenvolvimento científico e tecnológico do país e acelerar o reaparelhamento de universi-

dades públicas, institutos federais e instituições públicas de pesquisa.

A medida também busca reduzir os efeitos das limitações do atual sistema de desoneração das importações para pesquisa científica, hoje condicionado a uma cota administrada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), apontada pelo governo como insuficiente para atender toda a demanda de universidades e instituições de pesquisa.

As mudanças foram definidas após discussões entre a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a Receita Federal, a Advocacia-Geral da União (AGU) e representantes das universidades federais. (Agência Brasil)

## Golpe do QR Code pode desviar pagamentos por boleto e Pix

O consumidor escaneia um QR Code para pagar uma conta, confere o valor e conclui a operação. Só depois percebe que o dinheiro foi enviado a uma pessoa desconhecida. Esse é um dos caminhos do golpe conhecido como “quishing”, em que criminosos usam códigos adulterados para desviar pagamentos.

O golpe pode ocorrer em estabelecimentos físicos, páginas de comércio eletrônico e boletos impressos. A Febraban (Federação Brasileira de Bancos) alerta que o código falso pode substituir o legítimo sem que o restante da página ou do documento apresente alterações evidentes. Em restaurantes, feiras e estacionamentos, por exemplo, criminosos podem colar um adesivo com um QR Code falso sobre o código original do estabelecimento. Ao fazer a leitura, o cliente é direcionado a um pagamento para a conta dos fraudadores, embora acredite estar pagando pelo produto ou serviço consumido.

Na internet, a fraude pode ocorrer quando criminosos alteram os dados de pagamento de uma página ou criam um site falso que imita o de uma loja conhecida. O consumidor pode seguir as etapas da compra normalmente, mas o dinheiro acaba destinado a outra conta.

O mesmo risco existe em boletos impressos que oferecem pagamento por QR Code. Nesse caso, o código pode ter sido substituído para direcionar o valor a uma conta controlada por criminosos.

“Antes de concluir qualquer pagamento por QR Code, é fundamental conferir os dados exibidos pelo aplicativo da instituição financeira, principalmente o nome do receptor e o valor da transação. Essa simples verificação pode revelar uma adulteração antes que o dinheiro seja transferido”, afirma Raphael Mille, diretor de serviços e segurança da Febraban.

## O QUE FAZER SE PAGAR UM QR CODE FALSO?

Quando o código inicia um Pix, o dinheiro é transferido instantaneamente para a conta indicada. Isso também vale para QR Codes inseridos em boletos – apesar de o documento ser um boleto, o pagamento por esse meio funciona como um Pix, sem o prazo de compensação do boleto tradicional.

Por isso, quem perceber que fez um pagamento fraudulento deve entrar em contato com o banco imediatamente e solicitar a contestação da transação. Também é recomendável registrar um boletim de ocorrência e guardar o comprovante, o boleto ou a página usada no pagamento, além de mensagens e outros registros que ajudem a demonstrar como a fraude aconteceu.

Nos casos de Pix, o consumidor pode solicitar o Mecanismo Especial de Devolução (MED),

procedimento criado pelo Banco Central para permitir a recuperação de valores transferidos em situações de fraude. O pedido deve ser feito à instituição financeira em até 80 dias após a transação.

Após a contestação, as instituições envolvidas analisam o caso e podem bloquear valores disponíveis nas contas relacionadas à fraude. Se o golpe for confirmado, o dinheiro poderá ser devolvido integral ou parcialmente. Se os criminosos já tiverem retirado os recursos e não houver saldo suficiente nas contas envolvidas, porém, a vítima poderá não recuperar todo o valor.

O banco não é automaticamente obrigado a cobrir qualquer prejuízo decorrente de um golpe. A eventual responsabilidade depende das circunstâncias da fraude e da existência de falhas na prestação do serviço bancário.

Um levantamento do Observatório Rosenbaum de Golpes e Fraudes Bancárias, mantido pelo escritório Rosenbaum Advogados, identificou 1.041 decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre golpes do falso boleto entre junho de 2025 e agosto de 2026.

Em metade dos casos, os consumidores obtiveram ressarcimento total ou parcial. Em outros cinco tribunais estaduais analisados, o índice foi de 36,9%. O resultado de cada ação depende das provas e das circunstâncias do caso.

## COMO SE PROTEGER DO GOLPE DO QR CODE FALSO

- Confira o destinatário: antes de confirmar o pagamento, verifique no aplicativo do banco o nome de quem receberá o dinheiro e compare-o com o estabelecimento ou a empresa que está cobrando.

- Confira o valor: veja se a quantia exibida no aplicativo corresponde à compra ou à conta que pretende pagar.

- Observe o código físico: em restaurantes, feiras e estacionamentos, desconfie de adesivos sobrepostos, sinais de alteração ou códigos colocados em locais incomuns.

- Verifique o site: em compras pela internet, confira o endereço eletrônico e prefira acessar diretamente a página oficial da loja, em vez de seguir links recebidos por mensagens ou redes sociais.

- Confira boletos com QR Code: mesmo que o documento pareça legítimo, verifique os dados do receptor apresentados pelo banco antes de concluir o pagamento.

- Não conclua a operação se houver divergência: se o nome do destinatário ou o valor não corresponderem à compra, interrompa o pagamento e confirme os dados com o estabelecimento por um canal oficial.

# IBGE retira menção a drogas de nota sobre atualização do PIB

Uma nota metodológica atualizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) retirou a menção a uma possível inclusão no PIB (Produto Interno Bruto) de uma estimativa de comercialização de drogas.

O órgão não confirma se essa contagem, recomendada por manuais internacionais e especialistas, entrará nos cálculos do indicador.

O PIB mede o desempenho da atividade econômica no país. Integra o Sistema de Contas Nacionais, cuja série está em atualização pelo IBGE. Essa revisão busca aperfeiçoar as estatísticas, captando as mudanças ocorridas na economia ao longo dos anos.

Na primeira nota metodológica sobre a atualização das Contas Nacionais, publicada em 8 de outubro de 2025, o instituto afirmava que a nova base traria mudanças como a estimativa da comercialização de drogas, entre outros pontos.

O comunicado, porém, ganhou uma segunda versão, que é mais enxuta. O novo texto, divulgado em 11 de setembro de 2026, quase um ano depois, não faz menção direta às drogas.

O tema é visto como secundário por especialistas, mas virou fonte de polêmica nas redes sociais a partir de setembro. Perfis contrários ao presidente Lula (PT) usaram o assunto para tentar atacar o governo na campanha eleitoral.

Especialistas afirmam que faz sentido estimar o quanto é movimentado pelas diferentes atividades, inclusive as ilícitas, como a venda de drogas.

Isso já ocorre no exterior, e a ampliação da base estatística

poderia ser importante até para auxiliar na elaboração de políticas de combate a ilegalidades.

A discussão levou o IBGE a publicar no site de sua agência de notícias, em 18 de setembro, um texto que se propôs a esclarecer o assunto. O comunicado, porém, não confirma se haverá a inclusão das drogas no cálculo do PIB brasileiro.

Segundo o texto, manuais de Contas Nacionais indicam que toda atividade econômica deve ser medida para estimar a geração de renda e os demais componentes da economia de um país, mesmo se for informal ou ilegal.

Isso, afirmou o IBGE, está previsto em referências como o SNA (Sistema de Contas Nacionais), da ONU, e também é recomendado pelo Eurostat – órgão estatístico da União Europeia.

“A inclusão das drogas ilícitas no cálculo do PIB faz parte do Sistema Europeu de Contas (ESA 2010) e passou a ser obrigatória para os países da União Europeia no meio da década passada”, diz.

“A Inglaterra, por exemplo, inclui drogas ilícitas em suas Contas Nacionais desde 2014. A norma da União Europeia é seguida por França, Alemanha, Suécia, Hungria e por outros países do bloco.”

Em setembro, a Folha de S. Paulo perguntou ao IBGE se as drogas serão incluídas no PIB brasileiro, mas o instituto respondeu ao questionamento com o mesmo texto disponível no endereço eletrônico.

Ainda de acordo com esse comunicado, as discussões sobre o assunto no Brasil começaram em 2019 e, em 2021, ocorreu um teste inicial de metodologia.

“O IBGE esclarece, portanto, que a revisão na metodologia do Produto Interno Bruto seguirá em andamento até a divulgação dos primeiros resultados apenas em 2028.”

Na nota metodológica atualizada em setembro, o instituto afirma que a nova base pode envolver tanto recomendações internacionais ainda não implementadas quanto novas orientações, incluindo as do SNA. O material, porém, não detalha quais podem ser essas novidades.

A Folha de S. Paulo também questionou o IBGE, neste mês, sobre a retirada da menção a drogas da nota metodológica.

O órgão afirmou que, assim como em mudanças de série anteriores, materiais do tipo terão novas versões produzidas a partir de comentários enviados por usuários para o endereço de e-mail que consta nas publicações (contas.nacionais@ibge.gov.br).

“Atualizações devem, então, ser feitas de forma rotineira, levando em conta comentários externos, atualizações de cronograma e questões metodológicas ou relacionadas às bases de dados adotadas ao longo do trabalho de estimativa da nova série”, disse o IBGE.

“Outras notas metodológicas serão produzidas nos próximos meses, detalhando itens específicos, como o tratamento dos dados de instituições sem fins lucrativos e das atividades financeiras na nova série de Contas Nacionais.”

O departamento de Contas Nacionais do IBGE fez mudanças neste ano. A direção do instituto, presidido pelo economista Marcio Pochmann, exonerou a

# Leilão inédito de gás natural da União atrai 36 empresas

## Democracia exige que perdedor respeite as regras do jogo, diz Fachin

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, afirmou na quarta-feira (21) que o Estado Democrático de Direito exige "lealdade às regras do jogo, inclusive por parte de quem perde".

O ministro discursou na abertura de um seminário realizado no STF sobre o papel dos tribunais constitucionais. Em sua fala, Fachin acrescentou que a democracia depende do respeito às decisões judiciais bem fundamentadas, embora com frequência, em tempos de polarização política, elas sejam "reduzidas e instrumentalizadas por slogans".

Fachin deu as declarações a quatro dias do segundo turno da eleição presidencial, marcado para o próximo domingo (25).

Ele destacou que as democracias contemporâneas raramente são desfeitas por golpes abruptos, mas são corroídas por dentro, muitas vezes com aparência de legalidade: "pela

captura gradual das instituições, pelo enfraquecimento dos controles, pela erosão da confiança pública".

O presidente do STF disse ainda que "a consolidação democrática nunca é um ponto de chegada que, uma vez ultrapassado, está definitivamente conquistado; é uma tarefa permanente, que depende de instituições capazes de resistir e de uma cidadania disposta a defendê-las".

O discurso do ministro foi proferido em meio a uma crise institucional sem precedentes no STF, com embates e acusações entre ministros envolvendo o caso do Banco Master, em que se apura fraudes financeiras bilionárias e a corrupção de agentes públicos.

A crise no STF acabou entrando na pauta das campanhas presidenciais, levando os principais candidatos a proporem reformas no Poder Judiciário. (Agência Brasil)

A PPSA (Pré-Sal Petróleo) informou na terça-feira (20) que 36 empresas foram habilitadas para disputar o primeiro leilão de venda direta de gás natural da União à indústria brasileira, que será realizado nesta quinta (24).

É a primeira vez que a estatal oferece diretamente a consumidores uma parcela do gás do pré-sal que pertence à União, que é sócia de petroleiros nos contratos de partilha da produção. O petróleo já é vendido em leilões desde 2018, mas o gás era comprado pela Petrobras.

A venda direta ao consumidor final é uma aposta do governo para tentar ampliar a competição no mercado e baratear o preço do gás. O volume inicial, porém, é pequeno: 1,1 milhão de metros cúbicos por dia, o equivalente a 1,6%

da produção disponibilizada ao mercado em agosto.

A oferta foi dividida em 110 lotes de 10 mil metros cúbicos por dia, distribuídos entre cinco segmentos: vidreiro (10 lotes), cerâmica (20), siderurgia, metalurgia e mineração (32), químico e petroquímico (35) e fertilizantes nitrogenados (13).

O preço seguirá uma fórmula atrelada ao mercado americano: 115% da média mensal do Henry Hub, referência de gás nos Estados Unidos, convertida pelo câmbio médio do mês anterior ao fornecimento, mais um prêmio definido no leilão.

O lance mínimo para o prêmio é de US\$ 1,80 (R\$ 9) por milhão de BTU (unidade de poder calorífico), com incrementos de US\$ 0,02 a cada lance. Vence quem oferecer o maior prêmio.

A PPSA não informou os nomes das empresas.

O gás será entregue no Complexo de Energias Bioaventura, o antigo Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), em Itaboraí (RJ). A partir dali, cada comprador contrata o transporte por gasodutos até suas fábricas.

Também nesta terça, a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) anunciou o adiamento de audiência pública sobre medida para reduzir a participação da Petrobras na venda de gás no país, decisão que foi comemorada pela estatal.

A audiência debaterá as regras para o chamado "gas release", programa que obriga a estatal a renunciar a contratos de compra de parcelas da produção de gás que pertencem aos seus sócios no pré-sal. Hoje, cada

empresa vende o seu petróleo, mas o gás é repassado à estatal.

A ofensiva contra o poder da Petrobras nesse mercado está prevista na Lei do Gás aprovada durante o governo Jair Bolsonaro (PL) e é hoje alvo de embate entre a estatal e o MME (Ministério de Minas e Energia), liderado pelo ministro Alexandre Silveira.

A audiência estava prevista para esta quarta (21), ainda antes da realização do segundo turno da eleição presidencial, mas foi adiada para o dia 19 de novembro.

"O adiamento beneficia o bom andamento do processo regulatório, permitindo que o debate público não seja realizado de forma apodada e que sejam mais bem avaliados os impactos de curto, médio e longo prazo", disse a Petrobras, em nota. (Folhapress)

## AGU busca recuperar R\$ 190 milhões de integrantes do PCC e do CV

A Advocacia-Geral da União (AGU) ajuizou quatro ações civis, na terça-feira (20), para recuperar bens, no valor de R\$ 190 milhões, de integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho.

As ações são baseadas na nova lei 15.358 de 2026 (Lei Antifacção), que permite o perdimento civil de bens de origem ilícita independentemente de condenação criminal prévia.

"A iniciativa representa uma nova frente de atuação do Governo brasileiro no combate ao crime organizado, com o objetivo

de identificar, bloquear e recuperar patrimônio de origem ilícita", destacou o governo federal, em nota.

Três das ações envolvem 87 réus e estão relacionadas a investigações sobre organizações criminosas vinculadas ao (PCC), especialmente em esquemas de contrabando de cigarros para-guaios e agrotóxicos proibidos. As investigações ocorreram no âmbito das operações Marola, Delivery e Contaminatus.

A quarta ação decorre da Operação Hinterland e busca recuperar patrimônio relacionado

ao tráfico internacional de cocaína para a Europa e à lavagem de capitais. As investigações identificaram movimentações financeiras vultosas além da comercialização de aeronaves, veículos de luxo, empresas e pedras preciosas.

"A estratégia da AGU busca ultrapassar a responsabilização individual dos autores dos crimes, alcançando também financiadores, beneficiários econômicos, empresas de fachada, familiares e terceiros utilizados para ocultar patrimônio ilícito. Para isso, a AGU atua no rastreamento de ativos, na

identificação dos verdadeiros beneficiários dos bens", destacou o governo, em nota.

As ações foram propostas pela Procuradoria-Geral da União (PGU/AGU) em varas da Justiça Federal nos estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Os recursos e os bens recuperados ou confiscados das organizações criminosas serão investidos principalmente no fortalecimento do aparato de segurança pública por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública ou dos fundos de segurança pública estaduais. (Agência Brasil)

## TSE estuda desativar canais políticos no WhatsApp 48h antes da eleição

Uma minuta de resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) prevê que canais de WhatsApp com teor político e mais de 200 mil seguidores sejam desativados nas 48 horas anteriores e 24 horas posteriores ao segundo turno da eleição, marcado para o próximo domingo (25).

Caso seja aprovada pelo plenário do TSE, a medida entraria em vigor de imediato, conforme o texto da minuta obtida pela Agência Brasil.

A minuta com a proposta passou a circular entre os ministros do TSE após o tema ser debatido em reuniões informais realizadas na terça-feira (20). O texto foi redigido pelo ministro André Mendonça, vice-presidente da Corte Eleitoral.

Em nota à imprensa, o gabinete de Mendonça informou não se tratar de uma iniciativa pessoal do ministro, mas que coube a ele a autoria da minuta por ser tradição que as normas eleitorais sejam redigidas pelo vice-presidente do TSE.

"O objetivo discutido é proteger a integridade do pleito nas horas que antecedem e sucedem a votação, quando não há tempo hábil para resposta ou correção de conteúdos ilícitos", diz a nota do gabinete de Mendonça.

A nota acrescenta ainda que o texto foi redigido a partir de um consenso interno, e que "os critérios em análise são objetivos e impessoais e valem igualmente para todos os canais de natureza político-eleitoral de grande alcance, qualquer que seja o candidato, o partido ou a orientação política".

Caso seja aprovada, a iniciativa deve atingir o canal "Exército do Lula", que atingiu na quarta (21) a marca de 7 milhões de inscritos no aplicativo de mensagens WhatsApp. Também seria desativado o canal "Tropa do Flávio", que possui 2 milhões de inscritos.

O texto da minuta aplica aos

canais de transmissão de natureza político-eleitoral com mais de 200 mil seguidores as mesmas restrições que já vigoram sobre o conteúdo impulsionado de campanha, aquele cujo alcance é potencializado mediante pagamento às plataformas.

O texto também considera haver "alcance desproporcional de canais com grande audiência na difusão de conteúdos ilícitos".

Em outro trecho, a proposta diz ainda que "o período compreendido entre as 48 (quarenta e oito) horas antes e as 24 (vinte e quatro) horas depois da eleição concentra o maior risco de dano irreversível à formação livre da vontade do eleitorado, por não haver tempo hábil para resposta, esclarecimento ou tutela jurisdicional efetiva".

### Controvérsia

A proposta surge após uma disputa de liminares em torno do canal "Exército do Lula". Na semana passada, o canal foi retirado do ar pelo ministro Kassio Nunes Marques, presidente do TSE, após pedido da campanha do presidencialista Flávio Bolsonaro, que alegou disseminação de desinformação.

Logo em seguida, porém, o corregedor-nacional da Justiça Eleitoral, ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, restabeleceu o canal. Ele afirmou não haver elementos que justificassem a medida e que Nunes Marques não poderia ter suspenso o canal por via administrativa, como fez, uma vez que o caso já tramitava pela via judicial em processo relatado pelo próprio corregedor.

Pouco depois, porém, Nunes Marques voltou a suspender o canal, alegando que mesmo sendo administrado por um apoiador, o deputado André Janone (Rede-MG), a ferramenta seria vinculada à campanha oficial, e portanto deveria estar registrado no TSE como tal. (Agência Brasil)

Os servidores das carreiras de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico (ATDS) e analista técnico de justiça e defesa (ATJD), da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU 2), podem fazer a manifestação de preferência por órgão, entidade e local de exercício do cargo a partir de quinta-feira (22). O prazo vai até as 23h59 da próxima segunda-feira (26).

Os dois editais de convocação dos servidores, tanto para o cargo ATDS como para ATJD foram publicados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na última sexta-feira (16), em edição extra do Diário Oficial da União.

A manifestação de preferência é facultativa e deve ser feita pelo portal SouGov.br.

### Vagas

Para a carreira de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico (ATDS), há vagas em Brasília e em outras localidades

do país. Já para os servidores da carreira de ATJD, as opções são restritas a Brasília.

A ausência de manifestação não exclui o servidor deste concurso público, nem altera sua classificação. Neste caso, terão o exercício definido pela Administração Pública Federal entre as opções remanescentes em Brasília, conforme os critérios estabelecidos nos editais.

### Como registrar a manifestação

A manifestação poderá ser realizada por meio da plataforma SouGov.Br (site e aplicativo), destinada a servidores públicos federais ativos, aposentados, pensionistas e anistiados políticos do Poder Executivo Federal. É preciso fazer login com a senha do portal Gov.br.

Ao acessar o sistema, os servidores deverão consultar as opções disponíveis e organizá-las por ordem de preferência.

Enquanto o prazo permanecer aberto, de 22 a 26 de outubro,

será possível alterar as escolhas. Será considerada válida a última manifestação transmitida.

Somente poderão fazer a manifestação os servidores que concluíram o Programa de Profissionalização para as Carreiras de Desenvolvimento de Políticas de Justiça e Defesa e de Desenvolvimento Socioeconômico (Profcar), que foi promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

### Distribuição

Os editais avisam que a manifestação de preferência não garante a alocação na opção indicada. Na prática, a regra diz que o servidor tem o direito de indicar sua preferência pelo local de trabalho, mas o governo federal não é obrigado a conceder exatamente o que foi manifestado.

A prioridade para definição do órgão e do local de exercício legal é assegurada às pessoas com deficiência (PCD) e também considerará a classificação final do

candidato no concurso público, a ordem de preferência indicada e a disponibilidade de vagas, conforme as necessidades dos órgãos e entidades federais participantes do chamado Enem dos Concursos.

### Resultados

A destinação de cada servidor será formalizada por meio de portaria do Ministério da Gestão, a ser publicada no Diário Oficial da União e divulgada no endereço eletrônico do SouGov.

O documento informará o órgão ou a entidade de destino, a unidade e a localidade de exercício.

O ato administrativo também indicará a data que os servidores devem se apresentar.

A lotação dos servidores permanecerá vinculada ao MGI, órgão supervisor das duas carreiras, com exercício descentralizado dos nos órgãos e entidades definidos pela administração. (Agência Brasil)

## Justiça de SP aprova recuperação judicial do Grupo Casas Bahia

A Justiça de São Paulo aprovou a recuperação judicial do Grupo Casas Bahia. Na decisão, publicada na quarta-feira (21), a juíza Taina Maria Leonardo De Oliveira reconheceu o preenchimento dos requisitos legais pela varejista, mas indicou pendências documentais a serem complementadas em 30 dias.

"O procedimento deve ser orientado pela preservação da empresa viável e pelo tratamento paritário dos credores. Tais princípios são particularmente relevantes em processos de elevada complexidade documental e econômica", afirmou a magistrada no despacho.

O chamado stay period — proteção da empresa contra credores por 180 dias — foi mantido pela juíza, e a empresa AJ Ruiz Consultoria Empresarial foi nomeada administradora judicial do caso.

Com o deferimento da recuperação, a Casas Bahia deverá apresentar contas à Justiça todo

mês, sob pena de afastamento de controladores e substituição de administradores. Deverá ainda enviar extratos bancários e documentos relativos ao recolhimento de impostos e verbas trabalhistas à administradora.

A juíza também determinou a adoção imediata, pela companhia, de medidas para regularização do passivo fiscal, uma vez que a concessão da recuperação judicial está condicionada a ela.

A decisão favorável à varejista veio menos de uma semana depois que o Ministério Público de São Paulo se posicionou a favor da recuperação judicial do grupo Casas Bahia.

No documento enviado à Justiça paulista em 15 de outubro, o órgão afirmou que a empresa cumpriu os requisitos legais para a aprovação do pedido, além de ter demonstrado atividade e viabilidade econômica para a reestruturação.

Judicial comprovou a regularidade das atividades empresariais e atestou a razoabilidade da narrativa apresentada pela varejista.

O MP citou como elementos comprobatórios a verificação do funcionamento em 735 das 744 lojas físicas cadastradas e 25 dos 29 centros de distribuição, além da fábrica da Bartira, empresa de móveis do grupo.

Sobre os requisitos legais, o órgão diz ter verificado o cumprimento integral, pelas dez empresas do grupo, do artigo 48 da lei de falências e recuperações. Pela legislação, só podem entrar em recuperação judicial empresas com no menos dez anos de atividade que não sejam falidas e tampouco tenham passado por recuperação judicial nos últimos cinco anos.

Companhias condenadas por crimes como fraude contra credores ou prestação de informações falsas à justiça também estão proibidas de pedir a recuperação.

Outro pressuposto legal para

a recuperação é o cumprimento do artigo 51 da lei, que trata da apresentação dos documentos e informações necessárias ao procedimento. Segundo o MP, a perícia demonstrou que as Casas Bahia cumpriram o requisito de forma substancial, mas devem corrigir "pendências sanáveis", como a apresentação de certidões e de projeções contábeis individualizadas.

Assim como a juíza, o MP limitou a avaliação do pedido à verificação dos requisitos formais e documentais. A análise das condições econômicas do plano de recuperação deverá ocorrer durante o processo de discussão com os credores.

Na decisão desta quarta, a magistrada pediu que credores apresentem habilitações ou divergências quanto aos créditos à Administradora Judicial em até 15 dias da publicação do edital da recuperação, cuja minuta deverá ser enviada pelas Casas Bahia em cinco dias. (Folhapress)



# Governo envia ao Congresso proposta de tarifa zero no transporte

## Defesa Civil recebe R\$ 300 milhões em crédito extraordinário



Ações de defesa civil no país terão reforço de R\$ 300 milhões para gestão de riscos e desastres. Medida provisória publicada na quarta-feira (21) abre crédito extraordinário em nome do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Segundo a MP nº 1.398, os recursos serão aplicados no programa Gestão de Riscos e de Desastres, na ação de Proteção e Defesa Civil.

A destinação dos recursos ocorre no mês em que estados da Região Norte enfrentam estiagem e queimadas florestais e áreas do Sul e Sudeste são atingidas por tempestades.

A medida provisória foi editada com base nos artigos 62 e 167 da Constituição Federal, que permitem a abertura de créditos extraordinários por ato do Executivo em situações consideradas urgentes e relevantes. (Agência Brasil)

O governo federal enviou ao Congresso Nacional na quarta-feira (21) proposta de emenda à Constituição (PEC) que destina recursos de emendas parlamentares impositivas para o custeio da gratuidade dos serviços de transporte público coletivo urbano ou de caráter urbano, com potencial para financiar a tarifa zero aos fins de semana e feriados.

O texto estabelece a destinação de, no mínimo, 26,8% do montante global anual das programações de execução obrigatória provenientes de emendas parlamentares individuais e de bancada para o custeio da gratuidade do transporte coletivo. A proposta preserva recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde e prevê que os valores sejam transferidos obrigatoriamente aos entes federados responsáveis pelos serviços.

“Como referência, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 prevê R\$ 44,8 bilhões em emendas parlamentares



de execução obrigatória. Pela regra proposta, cerca de R\$ 11,2 bilhões seriam destinados ao custeio da gratuidade do transporte público coletivo, montante com potencial para financiar a tarifa zero aos fins de semana e feriados”, detalhou, em nota, a Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Segundo a pasta, a proposta busca ampliar o acesso da população ao trabalho, aos serviços públicos, à cultura e ao lazer, reduzindo as barreiras impostas

pelo custo das tarifas. A Secom destacou ainda a importância da gratuidade para o direito de trabalhadores ao lazer, ao convívio familiar e à saúde, “especialmente no contexto da aprovação do fim da escala 6x1”.

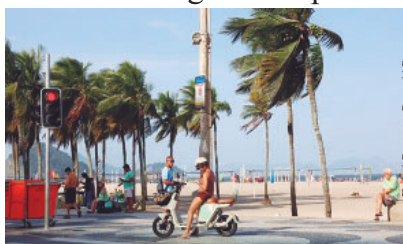
Durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva avaliou que a gratuidade do transporte público urbano figura como uma “obsessão” de muitos, incluindo o movimento social. “É uma obses-

são de muita gente que levanta às 4h30 para trabalhar e está gastando um bom dinheiro do seu salário para a condução”.

“Conseguimos fazer um teste. Se a coisa der certo, a gente vai procurar uma forma de estender isso mais. Na medida em que a gente aprovou o fim da escala 6x1 e está garantindo à sociedade brasileira dois dias de descanso no final de semana, é justo que a gente faça com que o transporte seja gratuito no final de semana e no feriado.”

De acordo com a Secom, os dispositivos relativos à destinação dos recursos produzirão efeitos a partir da Lei Orçamentária Anual de 2027. Segundo a justificativa da proposta, a medida não implica aumento da despesa primária nem afeta a meta de resultado primário, pois prevê a destinação de recursos dentro do montante de emendas parlamentares impositivas já estabelecido na Constituição Federal. (Agência Brasil)

## Municípios terão que prestar contas sobre gestão de praias



As prefeituras que assumiram a gestão das praias e das orlas da União devem encaminhar à União, até o dia 12 de dezembro, um relatório com dados sobre condições ambientais, uso, infraestrutura e forma de gestão das áreas.

O documento também precisa ter informações sobre as áreas de uso comum com exploração econômica, como calçadões, praças e parques públicos, além das ações realizadas pelo município ao longo do ano.

O Brasil tem 279 municípios litorâneos. Desses, 80 assinaram com a União o Termo de Adesão à Gestão de Praias. Isso quer dizer que eles passam a receber qualquer receita gerada pelo uso dessas áreas. Em contrapartida, se comprometem com a fiscalização e elaboração de um plano integrado desses espaços.

As áreas abrangidas pelo termo de Adesão à Gestão de Praias são a parte da areia, o calçadão, a parte usada por banhistas. Não envolvem as chamadas áreas de marinha, um pedaço de terra que vai desde o último ponto onde a maré atinge até 33 metros em direção ao continente.

Os terrenos de marinha também são áreas públicas da União. Essas terras estão no centro de uma polêmica por causa da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 2/2022, conhecida como PEC das Praias, de autoria do deputado Amaldo Jordy (Cidadania-PA). Ela prevê a transferência de parte dessa área de marinha para estados, municípios ou particulares. A proposta recebeu muitas críticas por permitir a privatização de áreas que dão acesso às praias. (Agência Brasil)

A diretora da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), Miriam Wimmer, defendeu, na terça-feira (20), que os pais de crianças e adolescentes reforcem o uso dos mecanismos de supervisão parental nas plataformas de tecnologia, inclusive nas redes sociais. A diretora esteve em evento no Tribunal de Contas da União (TCU) com o tema “Conectar é preciso, proteger é essencial”.

Segundo o Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), os provedores de serviços digitais devem oferecer, de forma gratuita, mecanismos de supervisão parental acessíveis aos responsáveis. Com a criação do ECA Digital, a atuação da ANPD foi ampliada para regulamentar, orientar e fiscalizar aspectos dessa legislação.

“É possível prevenir o acesso a uma grande gama de conteúdos inapropriados, além de pactuar dentro de casa tempos de uso de tela. O amadurecimento de uma criança ou adolescente é um processo muito frágil e está cheio de riscos”, afirmou Miriam Wimmer, que é doutora em políticas de comunicação e cultura.

### “Rua perigosa”

Para a diretora, deixar uma criança solta na internet equivale a deixar o filho andar sozinho em uma rua perigosa. “No dia seguinte, eu posso deixá-lo desacompanhado”. Ela considerou, no evento, que o ECA Digital traz

passos importantes ao estabelecer responsabilidades para o Estado e para as empresas.

“O pilar que precisa realmente ser amadurecido é o de dentro de casa porque não adianta ter um ambiente ricamente protetivo se os responsáveis entregam celular na mão do filho de 7 anos para que faça o que bem entender”, disse.

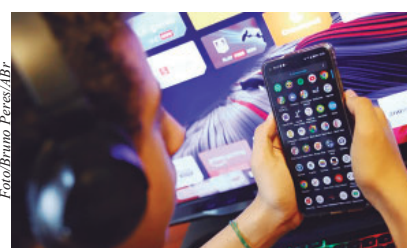
A diretora da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) recordou que o ECA Digital é fruto de uma construção entre diferentes grupos sociais e espectros políticos com a finalidade de proteção desses grupos vulneráveis.

“O ambiente digital se presta à liberdade de expressão e ao acesso à informação. É um ambiente que a gente busca manter protetivo à privacidade, que não haja coleta excessiva de dados pessoais.”

### Mais proteção

Miriam Wimmer defendeu a escolha da ANPD como autoridade administrativa autônoma de proteção dos direitos no ambiente digital. Trata, por exemplo, de aferição etária dos jovens e dos mecanismos de supervisão parental. “Esses mecanismos têm que coexistir com a ideia de privacidade e proteção de dados, de não criar coleta excessiva de dados, que possa comprometer também outros direitos fundamentais”, reforçou.

Ela acrescentou que a legislação afirma que a mera autode-



claração não é um mecanismo válido para a definição de idade. Para ela, o fornecedor de serviços ou produtos deve ter mecanismos próprios de controle e possibilitar aos responsáveis maior acesso em redes sociais, por exemplo.

“Existe uma exigência de vinculação de contas de menores de 16 anos à conta dos responsáveis legais. Essa é uma abordagem muito interessante e distinta de alguns países que decidiram proibir, por exemplo, o uso de redes sociais por pessoas mais novas.”

### Requisitos de segurança

A diretora apontou que o ECA Digital inovou ao coibir manipulações por parte de ofertas de serviços e produtos. Ela exemplifica que a ANPD define requisitos mínimos de segurança com relação a práticas manipulativas, uso excessivo problemático ou

compulsivo. “Todas essas condutas são passíveis de serem sancionadas.”

Para ela, os temas que foram desdobrados pelo ECA Digital guardam proximidade com as questões presentes na Lei Geral de Proteção de Dados.

A diretora da ANPD contextualizou que a legislação brasileira não foi de proibição de acesso a redes sociais, mas de confiança de que é possível estabelecer pontos de controle para que a experiência dos jovens online seja apropriada.

Também no evento, a presidente do Conselho de Ação da Ação Brasileira para a Consciência Digital (ABCD), Cristina Carvalho Pinto, alertou que 40% das crianças e dos adolescentes brasileiros vêm passando por cyberbullying. Ela estima que haja 16 milhões de crianças vítimas por essa violência. (Agência Brasil)

**1º Fórum Nacional da Transparência**

**09.11**

**19h**

**Blue Note São Paulo**  
Av. Paulista, 2075

**Paulo Pereira**  
Presidente do Conselho de Administração da ANPD

**Edilson Silva**  
Presidente da Associação dos Secretários de Estado de São Paulo (ASESP)

**Marco Bertaioli**  
Conselheiro-Coordenador do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP)

**Maurício Juvenal**  
Secretário Nacional de Arquivos e Registro do Ministério da Cultura

**Marcelo Rech**  
Presidente Executivo da Associação Brasileira de Jornais (ABJ)

**Inscriva-se!**

Para mais informações: (11) 3000-3000

Patrocinador: **abral**

Parceiros: **Valor**, **CS**, **ODIA**, **SINDUORP**

Organizadora: **adonix**

Patrocinadores: **ANU**, **RCCI**, **DATA DE J. LANGE**, **eventos**

## Saúde

# UTIs no Brasil: médicos pedem estruturação que vá além de mais leitos

Uma avaliação das unidades de terapia intensiva (UTIs) no Brasil feita por profissionais da área revela distância na percepção sobre a qualidade de serviços públicos e privados. Na maioria das vezes, as notas positivas são duas vezes maiores em unidades privadas do que nas públicas. Já as notas negativas chegam a ser até quatro vezes maiores em unidades públicas do que nas privadas.

Ao todo, 2.338 médicos que atuam na assistência de alta complexidade foram ouvidos dentro do Inquérito Nacional sobre a Força de Trabalho Médica nas UTIs Brasileiras, realizado pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), com o apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Os profissionais responderam a um questionário e deram notas de 0 a 5 para itens considerados essenciais ao funcionamento das unidades, como infraestrutura, disponibilidade de leitos e medicamentos, nível de especialização da equipe, fluxos de paciente, protocolos, entre outros.

Em nota, a Amib destacou

que, analisadas em bloco, as menções ajudam a visualizar os problemas que afetam o atendimento a partir da ótica de quem é responsável pelo cuidado de pacientes graves.

Para a associação, os resultados reforçam a necessidade de políticas públicas de saúde que tratem a estruturação das UTIs como prioridade em múltiplos aspectos, não apenas como expansão do número de leitos.

A entidade informou que pretende levar o diagnóstico a gestores públicos e privados, bem como a autoridades de áreas de fiscalização e controle, com o intuito de defender o atendimento às recomendações feitas pelo inquérito.

Os dados mostram que apenas 22,7% dos médicos entrevistados consideram que a rede de UTIs do Sistema Único de Saúde (SUS) tem disponibilidade totalmente adequada de medicamentos essenciais ao manejo dos pacientes.

O índice sobe para 57,7% quando analisados serviços particulares ou vinculados a planos de saúde.

Por outro lado, quando analisadas as avaliações negativas, a

situação da oferta de medicamentos nos serviços da rede pública, por exemplo, foi considerada inadequada por 16,1% dos médicos. No setor privado, o percentual cai para 3,8%.

A tendência se mantém na avaliação sobre a suficiência de leitos, em que 24,1% dos entrevistados atribuíram nota máxima aos serviços públicos de UTI. Já em relação a unidades privadas ou de planos de saúde, a avaliação favorável sobe para 51,4%.

No caso específico de disponibilidade e acesso a protocolos de atendimento e de conduta clínica, a rede SUS recebeu nota máxima de 23,1% dos que participaram do inquérito, enquanto o setor privado recebeu avaliação superior de 40,2% dos profissionais ouvidos.

Pela perspectiva das notas mais baixas (0, 1 e 2), 32,6% dos médicos avaliaram a disponibilidade de leitos no SUS ruim e 27,4% atribuíram as notas mínimas aos protocolos de atendimento.

Na rede privada, as avaliações mínimas foram dadas por 7,7% e 14,3% dos médicos, respectivamente.

O padrão se repetiu em 12 dos 13 aspectos avaliados por profissionais que atuam em UTIs no Brasil. A única exceção, em que a percepção dos entrevistados foi bastante próxima independentemente do segmento em que prestam serviços (público ou privado), foi em relação às tarefas administrativas e burocráticas.

A pesquisa também identificou disparidade na percepção sobre a presença de equipe multiprofissional especializada: 39,2% dos médicos avaliaram esse item com nota máxima no setor privado, contra 23% no setor público, enquanto as notas mínimas foram atribuídas por 24,8% dos médicos para o setor público e por 13,8% para o privado.

Quanto à percepção sobre presença de enfermeiros com formação específica em terapia intensiva, a proporção positiva foi de 25,1% para o privado e 16,9% para o público.

Já a negativa alcançou 37,2% para os serviços do SUS e 26,4% para os serviços particulares ou de planos. (Agência Brasil)